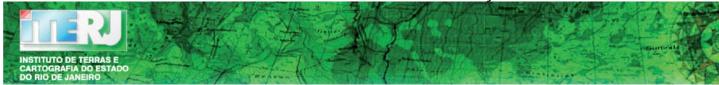
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado de Habitação



Concurso Público

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

CONTABILIDADE

Data: 11/03/2012 Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

- 01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:
 - a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos	
01 a 10	11 a 20	21 a 50	

- b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- **02** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.
- **03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.
- **04-** No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B D E

- **05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
 - a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.
 - b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato**.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.







PORTUGUÊS

A CONSOLIDAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO POLÍTICA URBANA NO BRASIL

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se

apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles. (Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. Estud. av., 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

01. O texto defende a ideia de que a:

 A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas

40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

- B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
- C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
- D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
- E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados
- **02.** Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:
- A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
- B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
- C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
- D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
- E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado
- **03.** O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:
- A) predomínio da impessoalidade
- B) citações explícitas de outros textos
- C) preponderância de sequências descritivas
- D) emprego da norma de prestígio
- E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

2º parágraf

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

- A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
- B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
- C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
- D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
- E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado
- **05.** No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:
- A) designa o signo linguístico em si mesmo
- B) indica um uso diferente do sentido usual
- C) delega a compreensão do sentido ao leitor
- D) atribui a outros enunciadores o dito
- E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico
- **06.** "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

- A) adversidade
- B) causalidade
- C) concessão
- D) condição
- E) adição
- **07.** De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:
- A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
- B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
- C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
- D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
- E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas
- **08.** "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

- A) explicativo
- B) distributivo
- C) enumerador
- D) resumidor
- E) comparativo
- **09.** No texto, parte-se do pressuposto de que:
- A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
- B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
- C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
- D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
- E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

- **10.** No texto usa-se em sentido figurado a palavra:
- A) coroou (1º parágrafo)
- B) crucial (2º parágrafo)
- C) celebrizada (3º parágrafo)
- D) narcotraficantes (4º parágrafo)
- E) vizinhos (6º parágrafo)

CONHECIMENTOS GERAIS

- **11.** De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:
- A) sufrágio universal
- B) plebiscito
- C) referendo
- D) iniciativa popular do processo legislativo
- E) educação ampla
- **12.** A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:
- A) Igreja
- B) Imprensa
- C) Povo
- D) Legislativo
- E) Ministério Público
- **13.** No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:
- A) União
- B) Empresas Tabagistas
- C) Municípios
- D) Fundações Públicas
- E) Estados Federados
- **14.** Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:
- A) Fundação
- B) Sociedade de Economia Mista
- C) Autarquia
- D) Secretaria
- E) Empresa Pública
- **15.** Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:
- A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
- B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
- C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
- D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
- E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

- **16.** Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:
- A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
- B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
- C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
- D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
- E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.
- **17.** Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:
- A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
- B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
- C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
- D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
- E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos
- **18.** Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:
- A) aquicultura
- B) equinocultura
- C) pescocultura
- D) camarocultura
- E) vacumcultura
- **19.** Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:
- A) imposto
- B) taxa
- C) contribuição
- D) tarifa
- E) preço
- **20.** Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:
- A) urbanização
- B) regularização fundiária
- C) titulação
- D) remoção dos moradores
- E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No final do exercício de 2011, por ocasião da elaboração do balanço patrimonial de uma determinada companhia, o patrimônio líquido era composto pelas seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em R\$):

Capital Subscritol	R\$ 130.000
Capital a Integralizar	R\$ 40.000
Prejuízos Acumulados	R\$ 5.000
Reservas para Contingências	R\$ 17.000
Reservas de Ágio na emissão de ações	R\$ 16.000
Reservas Estatutárias	R\$ 15.000
Reservas de Bônus de Subscrição	R\$ 14.000
Reserva Legal	R\$ 15.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 12.000
Ações em Tesouraria	R\$ 2.000

Informações Complementares:

- I- O estatuto da referida companhia apresentava uma cláusula em que o valor do capital autorizado era de R\$ 150.000;
- II- O saldo do ajuste de avaliação patrimonial indicado foi formado em contrapartida de aumento de valor atribuído a elementos do passivo.

Com esses dados, pode-se afirmar o montante referente às Reservas de Lucros e o montante do Patrimônio Líquido eram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 47.000 e R\$ 148.000
- B) R\$ 42.000 e R\$ 160.000
- C) R\$ 59.000 e R\$ 208.000
- D) R\$ 46.000 e R\$ 170.000
- E) R\$ 77.000 e R\$ 172.000
- **22.** Em 31/12/2011, as seguintes informações constavam da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Comercial ABC (valores em R\$):

Receita (Bruta) da Venda de Mercadorias	.000
Variações Monetárias e Cambiais Ativas	.000
Despesa de Comissões s/ Vendas	.000
Vendas Canceladas	.000
Custo das Mercadorias Vendidas	750
Descontos Incondicionais Concedidos	.000
PIS sobre o Faturamento	750
Perda com Equivalência Patrimonial	.000
Perda com venda de Bens Permanentes	750
Desconto Condicional Concedido	.000
ICMS sobre Vendas	.000
Variações Monetárias e Cambiais Passivas	.000
Provisão para Imposto de Renda (s/ Lucro Real)7.	.000
Imposto Diversos	.000

Considerando, somente, os elementos extraídos da DRE, o valor total das deduções da receita bruta e o lucro líquido do exercício foram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 33.750 e R\$ 7.750
- B) R\$ 39.750 e R\$ 750
- C) R\$ 29.750 e R\$ 750
- D) R\$ 39.750 e R\$ 7.750
- E) R\$ 33.750 e R\$ 5.750

- **23.** Em 31 de dezembro, data de encerramento do exercício social de uma determinada empresa comercial, o contador realizou diversos ajustes na contabilidade e um deles, com base no saldo da conta Duplicatas a Receber, foi a constituição e apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O contador realizou esse registro em cumprimento aos seguintes princípios de contabilidade:
- A) continuidade, prudência e registro pelo valor original
- B) registro pelo valor original, continuidade e entidade
- C) entidade, competência e atualização monetária
- D) atualização monetária, prudência e oportunidade
- E) oportunidade, prudência e competência
- **24.** Em 31 de dezembro foram obtidos os seguintes dados, referentes a uma empresa revendedora de mercadorias:

Bancos c/ Movimento R\$ 2.25	0
Capital SocialR\$ 7.50	00
Compras de Mercadorias R\$ 10.50	00
Fornecedores	00
Vendas de Mercadorias R\$ 10.00	00
Móveis e Utensílios R\$ 3.00	00
Custo de Mercadorias Vendidas R\$ 7.50	00
Clientes	00
Caixa R\$ 75	0

Sabendo-se que, no início do exercício, o valor de mercadorias em estoque era de R\$ 1.000, o montante do Capital Circulante Líquido, no final do exercício, era igual a:

- A) R\$ 3.500
- B) R\$ 5.000
- C) R\$ 2.000
- D) R\$ 10.000
- E) R\$ 10.500
- **25.** A Empresa Comercial ABC Ltda. foi constituída em 01/03/2011 com um capital subscrito e integralizado de R\$ 20.000. Em 31/12 foram levantados os seguintes saldos de contas (valores em R\$):

Bancos
Compra de Mercadorias14.000
Despesas Administrativas16.000
Impostos sobre Vendas
Juros Ativos
Venda de Mercadorias 60.000
Comissões sobre Vendas 2.000
Juros Passivos

Sabendo-se que o valor apurado do inventário de Mercadorias para revenda, realizado em 31/12, correspondeu a R\$ 9.000, o lucro operacional líquido do exercício foi igual a:

- A) R\$ 31.000
- B) R\$ 29.000
- C) R\$ 26.000
- D) R\$ 24.000
- E) R\$ 18.000

26. A Cia. Comercial ABC realizou, em 12/10/2011, a venda a prazo de certa mercadoria por R\$ 15.000 a um cliente. Tempos depois, o cliente, alegando que a mercadoria apresentava alguns pequenos defeitos, mostrou-se disposto devolvê-la. A empresa então propôs a concessão de um abatimento de R\$ 1.000 para que o cliente não devolvesse a mercadoria, com o que ele prontamente concordou. Tendo em vista o fato descrito, o lançamento contábil efetuado para registrar a concessão do abatimento ao cliente, dentro da melhor técnica contábil, foi:

A) Débito: Receita de Vendas 1.000 Crédito: Clientes 1.000

B) Débito: Desconto Incondicional sobre Vendas 1.000 Crédito: Clientes 1.000

C) Débito: Abatimento sobre Vendas 1.000 Crédito: Clientes 1.000

D) Débito: Receita de Vendas 1.000 Crédito: Caixa 1.000

E) Débito: Abatimento Incondicional sobre Compras 1.000Crédito: Clientes 1.000

27. Em 31/12/2011, o Balanço Patrimonial de uma determinada empresa apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em R\$):

Bancos c/Movimento	1.000	Encargos Sociais a Pagar	300
Duplicatas Descontadas	1.200	Salários a Pagar	2.000
Mercadorias	10.000	Capital Social	40.000
Fornecedores	2.400	Móveis e Utensílios	1.800
Capital a Realizar	10.000	Reserva Legal	3.000
Despesas Antecipadas (CP)	600	Financiamentos Bancários (LP)	3.000
Adiantamentos a Administradores	1.200	Ações em Tesouraria	1.100
Equipamentos	1.600	Imóveis	16.000
Empréstimos a Coligadas	2.400	Duplicatas a Receber (CP)	4.000
Depreciação Acumuladas	600	Reservas Estatutárias	2.000
Impostos a Recolher	600	Adiantamentos a Fornecedores	800
Empréstimos Bancários (CP)	4.000	Provisão p/Devedores Duvidosos	400
Participações em Coligadas	5.000	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.000

No referido Balanço Patrimonial, os valores do Ativo Não Circulante e do Patrimônio Líquido eram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 27.400 e R\$ 29.900
- B) R\$ 23.800 e R\$ 37.900
- C) R\$ 26.200 e R\$ 40.100
- D) R\$ 28.200 e R\$ 57.900
- E) R\$ 23.800 e R\$ 60.100
- **28.** Em 31/12/2010, o patrimônio líquido de uma companhia, antes da apuração do resultado, tinha a seguinte estrutura:

Capital Social	R\$ 400.000
Capital a Integralizar	R\$ 100.000
Reservas de capital	R\$ 25.000
Reserva Legal	R\$ 55.000
Reserva Estatutária	R\$ 20.000

Com base no Lucro Líquido do Exercício, apurado em 31/12, no valor de R\$ 250.000, deve ser destinada à Reserva Legal a importância correspondente a:

- A) R\$ 12.500
- B) R\$ 10.000
- C) R\$5.000
- D) R\$8.000
- E) R\$ 7.500

- **29.** Uma empresa fabril, para apurar o custo de fabricação dos seus bens elaborados, apropria todos os gastos realizados no processo de produção, e só os de produção, isto é, todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços. Esse método é determinado pela seguinte forma de custeio:
- A) de realização
- B) variável
- C) direto
- D) padrão
- E) por absorção
- **30.** Na terminologia utilizada no processo fabril, conceituam-se custos como sendo o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços. Compõem o chamado Custo Primário:
- A) Custo do Material Direto + Custo de Mão de Obra Direta
- B) Custo de Material Direto + Custo da M\u00e3o de Obra Direta + Gastos Gerais de Fabrica\u00e7\u00e3o
- C) Custo de Material Direto + Gastos Gerais de Fabricação
- D) Custo da Mão de Obra + Gastos Gerais de Fabricação
- E) Custo do Material Direto e Indireto + Gastos Gerais de Fabricação
- **31.** De acordo com a estrutura original da Lei nº 4320/64, a dívida pública flutuante é demonstrada no seguinte grupo do Balanço Patrimonial:
- A) ativo financeiro
- B) passivo permanente
- C) passivo circulante
- D) passivo financeiro
- E) passivo compensado
- **32.** No final do exercício financeiro de 2011, um determinado estado da federação elaborou o demonstrativo abaixo, relativo aos créditos adicionais autorizados:

Tipo	Data Abertura	Valor Autorizado	Valor Utilizado
Especial	01/06/2011	100.000	90.000
Suplementar	01/09/2011	120.000	110.000
Extraordinário	10/12/2011	80.000	75.000
Extraordinário	30/09/2011	35.000	30.000
Especial	31/10/2011	130.000	120.000
Suplementar	01/10/2011	55.000	50.000
Suplementar	31/08/2011	140.000	135.000
Especial	30/11/2011	10.000	5.000

Com essas informações, pode-se afirmar que o valor máximo admitido para uma possível reabertura do saldo remanescente dos créditos adicionais no orçamento do exercício de 2012 será de:

- A) 15.000
- B) 20.000
- C) 25.000
- D) 30.000
- E) 35.000
- **33.** No decorrer do exercício financeiro, o instrumento de transferência de créditos orçamentários entre unidades gestoras de um mesmo órgão, integrantes do Orçamento Fiscal, denomina-se:
- A) cota
- B) destaque
- C) repasse
- D) provisão
- E) sub-repasse
- **34.** Das possíveis fontes de arrecadação de receita pública, aquela que **não** é classificada, quanto à categoria econômica, como sendo uma receita corrente é:
- A) Receita Patrimonial
- B) Receita Agropecuária
- C) Receita Tributária
- D) Receita de Contribuições
- E) Operações de Crédito

- **35.** De acordo com as normas constitucionais, o orçamento que engloba os recursos dos Poderes, órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, é aquele denominado de Orçamento:
- A) Fiscal
- B) da Seguridade Social
- C) de Investimento
- D) Base Zero
- E) Plurianual de Investimento
- **36.** Com base na estrutura programática da classificação da despesa, utilizada na Lei Orçamentária Anual, as ações governamentais são classificadas nas seguintes naturezas:
- A) programas, subprogramas e projetos
- B) programas, operações especiais e encargos especiais
- C) atividades, projetos e operações especiais
- D) funções, subfunções e programas
- E) programas, projetos e atividades
- **37.** As receitas orçamentárias, quanto à repercussão patrimonial, são divididas em receitas efetivas e não efetivas ou por mutações patrimoniais. Dentre as fontes de receitas abaixo, a alternativa que **não** corresponde a uma Receita Efetiva é:
- A) receitas tributárias
- B) receitas de serviços
- C) alienação de bens móveis
- D) receita de operações de crédito
- E) receitas patrimoniais
- **38.** Conforme preconizado pela LRF, o limite máximo determinado para o endividamento público consolidado dos estados da federação é estabelecido pelo seguinte órgão:
- A) Assembleia Legislativa
- B) Tribunal de Contas
- C) Senado Federal
- D) Ministério da Fazenda
- E) Congresso Nacional
- **39.** Com base nos preceitos preconizados na Lei nº 4.320/64, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual para a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, são classificadas, quanto à subcategoria econômica, em:
- A) despesas de capital
- B) despesas de custeio
- C) transferências correntes
- D) transferências de capital
- E) despesas correntes
- **40.** A LRF estabelece, para cada ente da federação, em relação à sua receita corrente líquida, percentuais máximos de despesa total com pessoal. Além disso, esses valores são repartidos por cada um dos seus Poderes. Para a Assembleia Legislativa dos Estados que não têm Tribunais de Contas dos municípios, esse percentual é igual a:
- A) 2
- B) 2,5%
- C) 3%
- D) 3,4%
- E) 6%

- **41.** Na Lei Orçamentária Anual, nos três níveis de governo, a classificação das despesas, quanto à sua natureza, é indicada através de um código numérico composto de seis dígitos. Uma determinada unidade orçamentária, ao realizar uma despesa, utilizou a seguinte codificação: 3.3.90.39. O quinto e o sexto dígitos, formando o número 39, representam na codificação:
- A) a modalidade de aplicação
- B) o elemento de despesa
- C) o grupo de despesa
- D) a categoria econômica
- E) o identificador de uso
- **42.** Um determinado estado da federação realizou, no exercício de 2011, as seguintes operações:

Informações complementares:

- I- a LOA do exercício previa receitas e fixava despesas no valor de R\$ 120.000
- II- não houve retificação, de qualquer espécie, na LOA.
- III- em 31/12, após detalhado exame, foram considerados insubsistentes empenhos no montante de R\$ 6.500.
- IV- havia disponibilidade suficiente para satisfazer todas as obrigações.

Com essas informações, pode-se constatar que, em 31/12/2011, o montante inscrito em Restos a Pagar foi igual a:

- A) R\$ 45.500
- B) R\$ 39.000
- C) R\$ 13.000
- D) R\$ 26.000
- E) R\$ 48.500
- **43.** As operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias, conhecidas por ARO, têm por objetivo suprir a necessidade de caixa ou de liquidez no curto prazo, para fazer face ao pagamento de compromissos que não apresentem cobertura financeira imediata para a sua liquidação. Conforme é estabelecido na legislação vigente, essas operações só poderão ser efetuadas no exercício financeiro a partir da seguinte data:
- A) 1º de janeiro
- B) 15 de abril
- C) 31 de agosto
- D) 10 de janeiro
- E) 30 de junho

Analise as informações abaixo e responda às questões de números 44 e 45:

Em 31 de dezembro de 2011, foram obtidas as seguintes informações referentes às operações realizadas por um determinado estado da federação:

Receitas Orçamentárias Arrecadadas 91.000
Despesas Orçamentárias Empenhadas 70.000
Despesas Pagas
Aquisição de Bens Móveis
Amortização de Dívida Contraída14.000
Alienação de Bens imóveis
Cobrança da Dívida Ativa 1.400
Realização de Operação de Crédito12.600
Cancelamento da Dívida Ativa2.100
Incorporação de Bens Móveis por doação 5.600
Inscrição na Dívida Ativa 1.400
Doação de Bens Móveis a terceiros 1.400

Informações complementares:

- I- A LOA do exercício previa receitas e fixava despesas no valor de R\$ 98.000.
- II- As informações sobre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas referem-se ao total das receitas e despesas, tanto correntes como de capital.
- **44.** O Resultado Orçamentário do exercício correspondeu a um:
- A) superávit de 28.000
- B) superávit de 21.000
- C) superávit de 7.000
- D) déficit de 21.000
- E) déficit de 7.000
- **45.** Sabendo-se que, no final do exercício, o ente público também elaborou suas demonstrações de acordo com as estruturas originais da Lei nº 4.320/64, o Resultado Patrimonial do exercício foi equivalente a um:
- A) superávit de 28.000
- B) déficit de 21.000
- C) superávit de 10.500
- D) déficit de 14.000
- E) superávit de 31.500

Analise as informações abaixo e responda às questões de números 46 e 47.

No encerramento do exercício financeiro de 2011, um determinado ente público apresentava na sua contabilidade as seguintes informações:

R\$ 30.000
R\$ 370.000
R\$ 290.000
R\$ 180.000

Informações complementares:

Durante o exercício não houve abertura de créditos adicionais, anulação de empenhos e anulação de despesas já pagas.

- **46.** Com esses dados, o valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados no exercício foi igual a:
- A) R\$ 80.000
- B) R\$ 110.000
- C) R\$ 30.000
- D) R\$ 190.000
- E) R\$ 30.000

- **47.** A Lei Orçamentária para o referido exercício consignava um crédito orçamentário no montante de:
- A) R\$ 370.000
- B) R\$ 470.000
- C) R\$ 400.000
- D) R\$ 500.000
- E) R\$ 580.000

Analise os dados apresentados abaixo para responder às questões de números 48 e 49.

Na contabilidade de uma empresa fabril, relativos ao processo de produção do mês de setembro de 2011, estavam registrados os seguintes dados:

No inventário realizado no final do mês, foram apurados os sequintes valores:

- Estoque de matéria-prima......R\$ 2.160
- Estoque de produtos em elaboração...... R\$ 3.840
- **48.** Com esses dados, o Custo de Transformação apurado no mês foi igual a:
- A) R\$ 32.760
- B) R\$ 31.920
- C) R\$ 29,760
- D) R\$ 24.000
- E) R\$ 21.120
- **49.** No final do referido mês, o Custo dos Produtos Fabricados correspondeu a:
- A) R\$ 21.120
- B) R\$ 29.760
- C) R\$ 31.920
- D) R\$ 32.760
- E) R\$ 33.480
- **50.** Em 5/03/2011, uma empresa comercial adquiriu 100 unidades de uma determinada mercadoria para revenda no montante de R\$ 2.000. Possuía em estoque, no início do mês, 30 unidades a um custo unitário de R\$ 15 cada uma. No dia 12 de março, realizou a venda de 80 unidades dessa mercadoria, a um preço unitário de R\$ 18. Sabendo-se que a empresa para controle do estoque de mercadoria adota o método PEPS e que as mercadorias estavam isentas de impostos, o resultado com mercadorias, obtido com essas operações, correspondeu a um:
- A) lucro de R\$ 10
- B) prejuízo de R\$ 10
- C) prejuízo de R\$ 160
- D) lucro de R\$ 30
- E) lucro de R\$ 20